

ANEXO
(Período 2015)

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa do Povo Vilarinho dos Freires

1.2 — Sede

Vilarinho de Freires

5050-366 Vilarinho de Freires PRG

1.3 — Natureza da Atividade

Instituição Particular de Solidariedade Social

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 2º da Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º36-A/2011, de 9 de Março, que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto – Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, em execução do previsto no nº 2 do artigo 3º deste diploma legal.

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten mark]



3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 - Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2011 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	10 a 50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	5

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registrados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registradas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.1.8 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registrados em propriedade industrial.

3.1.9 – Investimentos Financeiros:

Os Investimentos Financeiros existentes no Balanço dizem respeito aos Fundos de Reestruturação do Setor Social e ao Fundo de Compensação de Trabalho, mensurado ao justo valor.

3.1.10 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registrada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registrada.

3.1.11 – Inventários

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

3.1.12 - Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.13 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.1.14 - Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas de produtos compreende os montantes faturados líquidos de descontos e abatimentos.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos Capitais próprios e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios a exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.16 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, Subsídio de Férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.17 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de caixa

Ver alínea i) e iii) do ponto 3.1.13 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2015	2014
Caixa	1.516,55	1.917,88
Depósitos à Ordem	14.846,81	11.898,30
Totais	16.363,36	13.816,18

5 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.7 da nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2013	Adições	Alienações /abates	2014	Adições	Alienações /abates	2015
Terrenos e rec. Naturais	18.015,46			18.015,46			18.015,46
Edif. e outras construções	346.674,85	140.630,78		487.305,63	412.232,02		899.537,65
Equipamento básico	47.814,97	18.308,87		66.123,84			66.123,84
Equipamento de transporte	81.869,65			81.869,65			81.869,65
Equipamento administrativo	28.316,40	1.116,27		29.432,67			29.432,67
Out. ativos fixos tangíveis	10.961,50			10.961,50			10.961,50
AFT em curso	124.540,10	1.892,41	-126.432,51		6.985,78		6.985,78
Sub-total	658.192,93	161.948,33	-126.432,51	693.708,75	419.217,80		1.112.926,55
Depreciações e perdas por imparidade	2012	Adições	Alienações /abates	2014	Adições	Alienações /abates	2015
Terrenos e rec. Naturais							
Edif. e outras construções	127.736,50	11.662,21		139.398,71	14.229,45		153.628,16
Equipamento básico	45.140,82	6.808,81		51.949,63	3.122,79		55.072,42
Equipamento de transporte	69.915,98	2.561,50		72.477,48	2.561,50		75.038,98
Equipamento administrativo	28.316,34	1.116,33		29.432,67			29.432,67
Out. ativos fixos tangíveis	10.389,03	572,47		10.961,50			10.961,50
Sub-total	281.498,67	22.721,32		304.219,99	19.913,74		324.133,73
Quantias líquidas escrituradas	376.694,26	139.227,01	-126.432,51	389.488,76	399.304,06		788.792,82

6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.8 da nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2013	Adições	Alienações /abates	2014	Adições	Alienações /abates	2015
Programas de computador	666,40			666,40			666,40
Sub-total	666,40			666,40			666,40
Amortizações e perdas por imparidade	2013	Adições	Alienações /abates	2014	Adições	Alienações /abates	2015
Programas de computador	666,40			666,40			666,40
Sub-total	666,40			666,40			666,40
Quantias líquidas escrituradas							

7 – Outros Instrumentos Financeiros

Ver ponto 3.1.9 na nota 3 deste anexo

Investimentos Financeiros								
Entidades	2014				2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo de Reestruturação Setor Social						149,51		149,51
Fundo de compensação de trabalho		144,14		144,14	144,14	311,25		455,39
Totais		144,14		144,14	144,14	460,76		604,90

8 – Locações

Ver alínea ii) do ponto 3.1.13 da nota 3 deste anexo

Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo

Locações financeiras	Quantias escrituradas líquidas	Total dos futuros pagamentos mínimos à data do balanço			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5	Total
2014					
Fiat Fiorino 74-NS-55	9.392,17	2.788,70	6.156,73		8.945,43
Totais	9.392,17	2.788,70	6.156,73		8.945,43
2015					
Fiat Fiorino 74-NS-55	6.830,67	2.923,44	3.289,34		6.212,78
Totais	6.830,67	2.923,44	3.289,34		6.212,78

9 – Inventários

9.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

Ver ponto 3.1.11 da nota 3 deste anexo

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2015	2014
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	136,22	98,33
Totais	136,22	98,33

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2015			2014		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Totais	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Totais
Inventários no começo do período		98,33	98,33		163,31	163,31
Compras		30.656,86	30.656,86		31.390,65	31.390,65
Regularizações					77,67	77,67
Inventários no fim do período		136,22	136,22		98,33	98,33
CMVMC		30.618,97	30.618,97		31.533,30	31.533,30

10 – Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Ver ponto 3.1.14 da nota 3 deste anexo

Réditos reconhecidas no período	2015	2014
Venda de bens		
Prestação de serviços	113.781,30	110.367,27
Juros		
Totais	113.781,30	110.367,27

11 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

11.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Ver ponto 3.1.15 da nota 3 deste anexo

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2015	2014
Imputação de sub. para investimentos	2.531,41	7.255,63

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2015	2014
Centro Distrital da Segurança Social	150.871,32	138.256,35
IEFP	14.566,27	17.188,30
Total	165.437,59	155.444,65

12 - Instrumentos financeiros

12.1 – Clientes, utentes fornecedores e Fundadores.

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2015			2014		
Adiantamentos de fornecedores				1.444,99		1.444,99
Outras contas a receber	9.186,20		9.186,20	8.107,69		8.107,69
Totais	9.186,20		9.186,20	9.552,68		9.552,68
Passivos	2015			2014		
Fornecedores	4.707,34		4.707,34	4.416,37		4.416,37
Fornecedores de investimentos	1.378,07		1.378,07	7.378,07		7.378,07
Outras contas a pagar	42.911,11		42.911,11	27.946,64		27.946,64
Totais	48.996,52		48.996,52	39.741,08		39.741,08

12.2 – Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2015	2014
Ativo		
EOEP - IVA	43.550,37	733,66
Totais	43.550,37	733,66
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	799,73	596,04
EOEP - Segurança Social	4.003,50	4.306,04
EOEP - Outros	33,87	16,49
Totais	4.837,10	4.918,57

12.3 – Financiamentos obtidos.

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5	Mais de 5	Totais
2014				
Cobertura de Saldos negativos	3.586,23			3.586,23
Totais	3.586,23			3.586,23
2015				
Cobertura de Saldos negativos	5.708,27			5.708,27
Artblumetec, Unipessoal, Lda.		409.422,08		409.422,08
Totais	5.708,27	409.422,08		415.130,35
Variação (2014-2013)	2.122,04	409.422,08		411.544,12

12.4 – Fundos Patrimoniais

Outras rubricas de capitais próprios	2013	Aumentos	Reduções	2014	Aumentos	Reduções	2015
Capital	19.207,98			19.207,98			19.207,98
Reservas Legais							
Outras Reservas							
Resultados transitados	269.063,87	23.408,14		292.472,01	19.357,89		311.829,90
Excedentes de revalorização							
Outras variações no capital próprio	29.192,86	7.404,53	-7.534,29	29.063,10	11.717,67	-4.925,65	35.855,12
Resultado Líquido	23.408,14	19.357,89	-23.408,14	19.357,89	12.666,98	-19.357,89	12.666,98
Totais	340.872,85	50.170,56	-30.942,43	360.100,98	43.742,54	-24.283,54	379.559,98

13 - Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.16 da nota 3 deste anexo

13.1 — Número médio de empregados:

Vínculo	N.º de trab. início do ano	Admissões n.º trab.	Demissões n.º trab.	N.º de trab. final do ano
Efetivos	11	5		16
Termo certo	3		3	
Termo incerto	1		1	
Total	15			16
Número Médio De Trabalhadores				15,5

Gastos com pessoal	2015	2014
Funcionários:	171.153,19	160.089,94
Remunerações	135.795,91	126.043,58
Subsidio de Alimentação	9.465,22	7.520,51
Encargos seg. social	25.892,06	26.525,85
Seguros	1.444,12	1.448,67
Outros	462,78	436,62
Totais	173.060,09	161.975,23

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Decreto-lei 411/91 – Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2015.

14.2 - Decreto-lei 534/80 – Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2015.

14.3 – A 31 de dezembro de 2015 não existiam salários em dívida aos funcionários.

15 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber/pagar	2015	2014
Ativo - Outras contas a receber		
Saldos devedores de fornecedores	55,60	19,00
IEFP	9.130,60	8.088,69
Totais	9.186,20	8.107,69
Passivo - Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	25.314,06	18.751,06
Fornecedores de investimentos	1.378,07	7.378,07
Luís Leite - Contabilidade, Lda	473,55	448,95
Pessoal		8.746,63
Artblumetec, Unipessoal, Lda - Garantia	17.123,50	
Totais	44.289,18	35.324,71

15.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2015	2014
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Totais		
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	473,55	
Férias e Sub. Férias a liquidar	24.820,51	18.751,06
Outros	20,00	
Totais	25.314,06	18.751,06

15.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2015	2014
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	2.374,40	2.448,91
Totais	2.374,40	2.448,91
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	6.271,54	2.576,60
Totais	6.271,54	2.576,60

15.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2015	2014
Trabalhos especializados	13.330,69	9.682,80
Vigilância e segurança	168,31	120,39
Honorários	23,26	
Conservação e reparação-edifícios o. const.	770,49	1.691,07
Conservação e reparação-eq. básico	443,49	955,67
Conservação e reparação-eq. transporte	3.884,67	2.401,76
Serviços bancários	318,16	189,39
Artigos decorativos		420,00
Ferramentas e utensílios	867,73	668,23
Material de escritório	715,63	284,20
Encargo saúde utentes	4,50	255,12
Rouparia		911,68
Eleticidade	6.773,06	6.565,17
Combustíveis	11.334,32	13.234,95
Água	486,18	380,16
Deslocações e estadas	0,55	39,93
Comunicação	2.393,63	2.344,00
Seguros	4.452,75	4.602,12
Contencioso e notariado	498,62	150,84
Despesas de representação	168,60	75,00
Limpeza, higiene e conforto	2.509,56	2.771,68
Outros FSE		10,60
Totais	49.144,20	47.754,76

15.5 – Outros Gastos e Perdas.

Outros Gastos e Perdas	2015	2014
Imposto de selo	24,75	24,68
Taxas	532,17	695,73
Correções de períodos anteriores	3.167,00	291,00
Contribuição p/ fundo reest. Setor social		1.244,50
Multas e penalidades	2,21	1,16
Outros		18,00
Totais	3.726,13	2.275,07

15.6 – Gastos e Perdas de Financiamento.

Ver ponto 3.1.12 da nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2015	2014
Juros suportados	603,42	900,67
Outros	125,47	183,71
Totais	728,89	1.084,38

15.7 – Outros Rendimentos e Ganhos.

Outros Rendimentos e ganhos	2015	2014
Sinistros	487,14	
Descontos pp obtidos	17,94	11,68
Correções de períodos anteriores	3.931,50	278,66
Imputação de subsídios ao investimento	2.531,41	7.255,63
Bar	559,00	378,00
Donativos	2.817,18	12.865,57
Incentivo emprego	295,94	100,49
Totais	10.640,11	20.890,03

15.8 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vilarinho de Freires, 07 de março 2016

A Entidade
 João Cristino Costa Apiaf
 Manuel
 Sofia Isabel Lucas Gueno
 Bernardino Conde de Araújo

O Contabilista Certificado

Luís Leite

CC n.º 39242

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "Sofia Guec" and "N.B."

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Associados,

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nºs 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Casa do Povo Vilarinho dos Freires

Relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2015 foi preocupação fundamental da Direção desenvolver todos os esforços no sentido de equilibrar a situação financeira da entidade, melhorando o seu desempenho e procurando uma utilização eficiente dos colaboradores da entidade, aliado a uma política de racionalização dos gastos.

Como reflexo de uma gestão equilibrada, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 12.666,98€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do Valor Bruto da Produção

	2015	2014	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Vendas Líquidas				
Prestação de Serviços	113.781,30	110.367,27	3.414,03	3,09%
Volume de Negócios	113.781,30	110.367,27	3.414,03	3,09%

3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

Quadro da Evolução dos Gastos

	2015	2014	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	30.618,97	31.533,30	-914,33	-2,90%
FSE	49.144,20	47.754,76	1.389,44	2,91%
Trabalhos Especializados	13.330,69	9.682,80	3.647,89	37,67%
Honorários	23,26		23,26	
Conservação e Reparação	5.098,65	5.048,50	50,15	0,99%
Ferramentas e Utensílios	867,73	668,23	199,50	29,85%
Eletricidade	6.773,06	6.565,17	207,89	3,17%
Combustíveis	11.334,32	13.234,95	-1.900,63	-14,36%
Deslocações e Estadas	0,55	39,93	-39,38	-98,62%
Comunicação	2.393,63	2.344,00	49,63	2,12%
Despesas de Representação	168,60	75,00	93,60	124,80%
Outros	9.153,71	10.096,18	-942,47	-9,33%
TOTAL FSE	49.144,20	47.754,76	1.389,44	2,91%
Gastos Com Pessoal	173.060,09	161.975,23	11.084,86	6,84%
Depreciações e Amortizações	19.913,74	22.721,32	-2.807,58	-12,36%
Outros Gastos e Perdas	3.726,13	2.275,07	1.451,06	63,78%
Juros	603,42	900,67	-297,25	-33,00%
Outros Gastos e Perdas Financiamento	125,47	183,71	-58,24	-31,70%
Total dos Gastos e Perdas Financ.	728,89	1.084,38	-355,49	-32,78%
Total dos Gastos e Perdas	277.192,02	267.344,06	9.847,96	3,68%

4- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2015	2014	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	412.232,02	140.630,78	271.601,24	193,13%
Equipamento Básico		18.308,87	-18.308,87	-100,00%
Equipamento de Transporte				
Equipamento Administrativo		1.116,27	-1.116,27	-100,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
AFT em curso	6.985,78	1.892,41	5.093,37	269,15%
Total	419.217,80	161.948,33	257.269,47	158,86%

Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2015	2014	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	18.015,46	18.015,46		
Edifícios	899.537,65	487.305,63	412.232,02	84,59%
Equipamento Básico	66.123,84	66.123,84		
Equipamento de Transporte	81.869,65	81.869,65		
Equipamento Administrativo	29.432,67	29.432,67		
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10.961,50	10.961,50		
AFT em curso	6.985,78		6.985,78	
Total	1.112.926,55	693.708,75	419.217,80	60,43%

5- TERCEIROS

O valor de 52.736,57€ (10.286,34€ em 2014) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas do estado e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 475.176,75€ (53.605,08€ em 2014) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a fornecedores, ao estado, a instituições de crédito e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de Dezembro de 2015 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2015 será proposto a transferência do resultado líquido positivo 12.666,98€ para Resultados Transitados.

8- ENCERRAMENTO

Aos nossos utentes/clientes, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Data: Vilarinho de Freires, 07 de março de 2016

x A Entidade
Luísa Cristina Costa Branco
António
Sofia Isabel Lucas Gueira
Bernardino Correia De Jesus

